

A questão da construção do sentido e a revisão da agenda dos estudos da linguagem

Maria Margarida Martins Salomão*

Abstract

This paper discusses, from a historical perspective, the change of linguistics object from the identification of structural unities or prediction of well formed sequences to the processes of meaning construction, as they are investigated in cognitive linguistics.

Introdução: breve nota histórica

O texto fundador da lingüística como ordem discursiva¹, (texto, por sinal, jamais escrito por seu autor, como se Saussure incorporasse o temor pitagórico de que a representação da palavra a esterilizasse e a emudecesse), abre-se com recomendação expressa em favor da argúcia epistemológica:

Qual o objeto integral e concreto da lingüística? A questão é particularmente difícil (...). Outras ciências operam com objetos dados de antemão e aos quais se pode conceber segundo vários pontos de vista. Não é assim na lingüística. Alguém pronuncia uma palavra: um observador superficial se sentirá tentado a ver nela um objeto lingüístico concreto; no entanto, ela pode ser abordada como som, como expressão de uma idéia, como correspondência histórica, etc. Longe de preceder o objeto ao ponto de vista, deve-se dizer

* Universidade Federal de Juiz de Fora/ PhD (University of California, Berkeley).

1 Emprego o conceito de **ordem discursiva** nos termos de FOUCAULT 1969 (1971):43-64, como forma de organização social que identifica e vincula os praticantes de atos culturais determinados.

que o ponto de vista é que cria o objeto; além disso, é impossível prever que perspectiva sobre os fatos há de se considerar superior às outras.”²

Armados dessa precaução frente à “massa heteróclita dos fatos”³, melhoramos nosso entendimento dos critérios de validação adotáveis para a abordagem que empreendemos. Apesar disso, é impensável imaginar que a escolha da lucidez como “estrada real” da investigação nos salve da densidade arqueológica de outras determinações sobre nossa aspiração ao conhecimento.

O próprio Saussure sucumbe ao peso de 2500 anos de tradição **de estudo da linguagem como escrita**, dimensão simbólica reificada e alienada de suas condições de produção para eleger como ponto de vista privilegiado **o tratamento da linguagem como sistema**, “dentro do qual tudo se sustenta”⁴. É irônico que o movimento intelectual, irradiado a partir de Saussure (e de seus antecessores neogramáticos), pela ampliação do estudo das línguas-sem-escrita e pela legitimação da diferença como prerrogativa central da linguagem, seja desencadeado por um programa investigativo **centrado em estruturas lingüísticas formais**.

A marca registrada do estruturalismo (e dos avanços indiscutíveis alcançados nesse campo, para o estudo de organizações fônicas, morfológicas, e, mais limitadamente, sintáticas) é o **foco no significante**: trata-se de segmentá-lo até obter **elementos mínimos** (fones, fonemas, traços fônicos, morfemas, lexemas, classes sintáticas), identificáveis em termos de suas **propriedades combinatórias e distribucionais**. O custo da precisão assim conquistada é a **exclusão do sujeito** como usuário “voluntarioso” da linguagem; na verdade, é parte do espólio interdisciplinar do estruturalismo o orgulho intelectual de ter promovido a desconstrução do “sujeito”, só reconhecível como dimensão inconsciente: na expressão lacaniana, o sujeito é um “lugar”...

A escolha saussureana de tratar a linguagem como sistema sem sujeito encontra expressão ideológica na tese de que a “linguagem é uma instituição social”⁵, tese da qual é corolário a inclusão da lingüística como capítulo da sociologia. Vigoroso reforço desta disposição procede de Durkheim, que exerce reconhecida influência sobre a reflexão de Saussure. Diz Durkheim⁶, no Prefácio à 2ª Edição de *As regras do método sociológico*, que “os fenômenos sociais são coisas e devem ser tratados como coisas”, para que se viabilize sua análise científica.

Aproximadamente à mesma época, embora de forma absolutamente independente, Gottlob Frege, **recusa**, em texto clássico⁷, **abordar a dimensão**

2 SAUSSURE, 1915a/1967, p. 49.

3 SAUSSURE, *op.cit.*, p. 58.

4 SAUSSURE, *op.cit.*, p. 69 e 70.

5 SAUSSURE, *op.cit.*, p. 51, p. 57, p. 61 para expressões enfáticas deste princípio.

6 DURKHEIM, E. 1901/1995, p. 28.

7 FREGE, G. 1892/1975, p. 118.

mental da significação, buscando defender o território da semântica de qualquer intromissão subjetivista. Por este ângulo, para não tratar o significado como **idéia**, produto das mentes individuais — frente ao risco da **perda de seu valor social** — o sujeito fica excluído também do cálculo da significação, à qual se reserva uma **abordagem entitativa**: o significado é uma **coisa** (nos termos da crítica de Wittgenstein⁸). O significado de uma sentença (ou do discurso) equivalerá às condições estáticas de sua **verificação em um modelo**.

Tratar o significado como coisa aproxima Frege de Durkheim. Eliminar o sujeito da investigação (embora em clave própria) aproxima Frege de Durkheim e de Saussure. Todos estes pensadores rechaçam a dimensão psicológica como pertinente ao estudo do sentido ou à compreensão da sociedade. Dentro deste enquadre, é possível (e mesmo necessário) lidar com a linguagem como **repositório de formas e procedimentos autônomos**, instanciáveis, nas situações concretas de uso, como estruturas pré-disponíveis (e, no limite, imutáveis: de fato, por que mudariam?)

Se pensarmos, então, uma agenda para os estudos da linguagem, delineada na primeira metade do século, tendo como referência o influente triângulo formado por Saussure, Frege e Durkheim⁹, identificamos dois claros eixos de trabalho:

- (i) o **foco da análise no significante**;
- (ii) o tratamento do significado em termos de **relações de correspondência das formas com a realidade discursiva** que elas designam.

Este tipo de visada sofre violento fogo de barragem em meados deste século: a revolução copernicana protagonizada por Chomsky e seus adeptos põe na ordem do dia o “compromisso cognitivista”, de tal modo que problemas teóricos reconhecidos como nucleares — os processos de **aprendizagem** da linguagem e da infinita **expansividade** das formas lingüísticas — sejam estudados como contraponto à natureza da mente; as descobertas empíricas a este respeito deveriam ser avaliadas contra a postulação de **princípios gerais inatos**, cuja articulação corresponderia à “faculdade da linguagem”.

Dentro deste programa, a geração das formas seria tratada como **capacidade** (virtualmente ilimitada) **do sujeito**; além disso, tratamentos cerrados no significante (nas “estruturas superficiais”) passam a ser alvo de crítica, uma vez que relações essenciais à descrição dos fatos sintáticos são abstratas e somente representáveis em níveis de análise que transformam o significante.

8 WITTGENSTEIN, L.V. (1953).

9 A relativa infrequência da postulação desta vinculação triangular não deve absolutamente obscurecer sua relevância para a compreensão da genealogia de questões centrais ao estudo da linguagem, da sociedade e da cognição.

Como se vê, os dois eixos de trabalho que caracterizam o estruturalismo (o foco no significante e o tratamento do significado como propriedade das formas) sofrem profundo deslocamento teórico. Particularmente, é importante relevar o valor agregado à condição de **analísabilidade da linguagem**: a prerrogativa da “dupla articulação” serve à criação de **formas novas** (*doleiro*, a partir de *bicheiro*; *freezeira*, a partir de *cozinheira*), no nível do léxico ou da sintaxe, para atender a necessidades comunicativas emergentes. (Não criaríamos formas novas apenas porque dispomos da condição mecânica de fazê-lo). A vinculação entre a **analísabilidade da linguagem** e a **possibilidade de criação** pelo sujeito garantiu, potencialmente, uma importante reorientação da agenda da lingüística.

A análise histórica da situação mostra, entretanto, que o reconhecimento da presença de um sujeito cognitivo não se revela razão suficiente para transpor a barreira disciplinar entre as ciências sociais e as ciências psicológicas. O abismo durkheimiano é paradoxalmente reforçado por Chomsky e pelos modularistas que nele se inspiram (de Jerry Fodor a Steve Pinker). O argumento da “pobreza do estímulo” à aprendizagem reforça a tese da autonomia do sujeito e, portanto, a desnecessidade de qualquer ponte entre o **sentido** (tratado, à Durkheim e Frege, como **dimensão social**, ou, à Fodor e Chomsky, como **capacidade conceptual inata**) e o sentimento concreto do sujeito no mundo.

Paradoxalmente, assim como Saussure (d’après Durkheim) vê a linguagem como **sistema social desencarnado**, Chomsky a vê como capacidade-de-ação de um sujeito também **desencarnado** da sociedade ou do contexto em que atua. A condição de inovação pelo sujeito, traço essencial da linguagem, subsiste como potencialidade inacessável pela experiência, belo ornamento do **logos** universal. Não é pois surpreendente que a sintaxe gerativa tenha como contrapartida preferencial, no campo da semântica, as teorias formais da significação, florescentes sob égide fregeana.

No momento em que, segundo a recomendação saussureana, adota-se outro **ponto de vista**, os estudos da linguagem reconhecem **novo objeto**: quando os estudos da linguagem afastam-se da tradição formalista das análises do significante e do significado, e encaram o desafio de tratar o **fenômeno da significação**, tornam-se insustentáveis tanto a tese da **exclusão do sujeito**, cultivada pelos estruturalismos de todos os matizes, como a tese gerativa da **exclusividade do sujeito cognitivo**, enobrecida pela reflexão platônico-cartesiana.

A alternativa que as semânticas construcionistas propõem a esta dicotomia indesejável é postular a linguagem como **operadora da conceptualização socialmente localizada** através da atuação de um sujeito cognitivo, **em situação comunicativa real**, que produz significados como **construções mentais**, a serem sancionadas no fluxo interativo. Em outras palavras, a hipótese-guia é que o sinal lingüístico (em concomitância com outros sinais) guie o processo de significação diretamente no contexto de

uso. Pela sua ênfase equilibrada em todas as fontes de conhecimento disponíveis (gramática, esquemas conceituais, molduras comunicativas), esta **hipótese** denomina-se **sócio-cognitiva**.

Escolher como objeto da lingüística os **processos de construção do sentido**, antes que a **identificação de unidades estruturais** ou a **predição sobre seqüências bem-formadas** é mudar substancialmente a agenda da disciplina. Não se trata de menosprezar os comprometimentos anteriores, cujo bom sucesso abriu campo (nos termos de Fauconnier, 1997, p. 6) “para a investigação em larga escala dos fenômenos semânticos e pragmáticos”; na verdade, tais empreendimentos podem ser desenvolvidos em paralelo, **ressalvado seu caráter epifenômico**.

A rigor, para que existiria a linguagem? Certamente não para gerar seqüências arbitrárias de símbolos nem para disponibilizar repertórios de unidades sistemáticas. Na verdade, a linguagem existe para que as pessoas possam relatar a estória de suas vidas, eventualmente mentir sobre elas, expressar seus desejos e temores, tentar resolver problemas, avaliar situações, influenciar seus interlocutores, predizer o futuro, planejar ações. Se se concebe a linguagem nestes termos, são completamente diferentes as perguntas que vale a pena formular. Um cardápio defensável incluiria as seguintes questões:

- (i) qual a específica contribuição do sinal lingüístico (léxico e gramática) para a construção do sentido?
- (ii) qual a contribuição a esta tarefa das semioses concorrentes (vocalização, postura corporal, expressão facial, disposição espacial dos falantes)?
- (iii) qual a contribuição das outras bases de conhecimento acessíveis e atualizáveis (modelos cognitivos idealizados, moldura comunicativa instanciada, informação contextual focalizada)?
- (iv) como o processo da interlocução interfere na seleção das semioses mobilizadas e na negociação das interpretações relevantes?
- (v) que princípios cognitivos presidem a estes processos de produção, transferência e difusão de informação entre os diversos domínios conceituais?

Como dissemos, a investigação destas questões presume uma concepção de linguagem como **instrumento cognitivo**, que à semelhança da percepção visual, ou do raciocínio, aciona um conjunto de princípios aparentemente simples, gerais e limitados, operativos sobre bases de conhecimento subjacentes na memória, ou presentes, como contexto, na situação comunicativa.

A abordagem da linguagem, ao longo destas linhas, tem sido praticada com diferenças de priorização, pela **soi-disant** “lingüística cognitiva” californiana (Langacker, Turner, Fauconnier, Goldberg, em San Diego, e Lakoff, Sweetser,

Fillmore, Kay, Talmy, em Berkeley)¹⁰. Além da intervenção sobre temas cognitivistas (formação e natureza das categorias, estrutura do léxico e da gramática, domínios conceptuais, processos figurativos, espaços mentais, enquadramentos, analogias e desanalogias, foco e ponto de vista), nossa reflexão tem-se também beneficiado dos estudos sobre a interação verbal, tanto os de extração goffmaniana, como os desenvolvidos sob a liderança intelectual de John Gumperz (menciono destacadamente os trabalhos de Duranti, Tannen, Schiffirin e, numa linha mais independente, Sandra Thompson e Emanuel Schegloff).

A apresentação das premissas que endossamos, consistentes com a produção intelectual acima identificada, é objeto da próxima seção deste artigo.

1. Premissas básicas

1.1. A escassez do significante

Como já discutido em outro texto (Salomão, 1997, p. 24), o princípio da escassez da forma lingüística manifesta-se através da **subdeterminação do significado pelo significante**.

Tal situação em muito ultrapassa a tradicional dicotimização entre **sentence meaning** (ou, para o que vale, **language meaning**) e **speaker's meaning**; na verdade, os estudos clássicos da significação legitimam como significados “não-literais” as interpretações excêntricas: sentidos figurativos, implicaturas, ironias, humor, conotações – tudo o que o “contexto” possa contribuir e agregar à “significação literal”; tudo que pertença à ordem da pragmática, não da semântica.

Nossa reivindicação é que a periferia está no centro; ou seja, que aquilo que parece excepcional (a contribuição da informação extralingüística) instala-se no próprio coração do processo de interpretação da linguagem. Como argumenta Turner (1996, p. 57):

*Tipicamente pensamos sobre conceitos como pacotes de sentidos. Damos-lhes rótulos: **casamento, nascimento, morte, força, eletricidade, tempo, amanhã**. Os sentidos parecem localizados e estáveis.
(...) No entanto, (...) o sentido não está depositado em um armazém de conceitos. Pelo contrário, é vivo e ativo, dinâmico e distribuído, construído para propósitos locais de conhecimento e de ação.*

¹⁰ Minha identificação espacial procede com certa liberdade: por exemplo, nem Goldberg encontra-se em San Diego, nem Talmy em Berkeley, mas a referência é justificável em termos da nucleação intelectual relevante.

Os significados não são objetos mentais, circunscritos em regiões conceituais, mas complexas operações de projeção, ligação, conexão, mesclagem e integração de múltiplos espaços conceituais.

Se admitirmos este dinamismo na área da interpretação, entendida como atividade de construção conceitual, como imaginarmos um **significante-portador-do sentido**? Dentro do cenário que esboçamos, o sentido há de inevitavelmente escapar-lhe!

Em primeiro lugar, é necessário assinalar a **concorrência da semiose lingüística clássica** (expressão gramatical e lexical) **com as outras semioses** que a ela se agregam (desde o contorno prosódico — que é, ainda, informação indiscutivelmente lingüística — até condições mais independentes: a expressão do rosto, a direção do olhar, o dar de ombros, a aproximação ou o afastamento do corpo). Como tratar, por exemplo, o discurso irônico enunciado oralmente, feita a abstração da voz e do gesto? Como tratar, de outra parte, o discurso escrito, desconsiderando convenções genéricas, molduras comunicativas, informações contextualmente relevantes? Em qualquer caso, **a pista léxico-sintática precisaria ser enriquecida** para a eficaz construção do sentido.

Tratemos, entretanto, de construções linguisticamente mais prosaicas, que correspondem ao arroz-com-feijão do analista, cuja abordagem ele não possa deferir ao crítico literário, ou ao psicoterapeuta, ou ao cronista político. Tratemos da **Modificação Adjetival**. Consideremos o sintagma nominal **uma boa prova**. Qual será sua “significação literal”? Enunciado pelo professor que acabou de elaborar uma bateria de questões-teste, o sintagma designa a “qualidade dos problemas propostos”; enunciado por um estudante que acabou de resolver as questões-teste, o sintagma designa “a qualidade das soluções propostas”. A ninguém ocorreria pleitear que a variedade das interpretações produzidos (por sinal, simétricas) decorre de flutuação estilística ou de esforço literário. Na verdade, as interpretações construídas, perfeitamente triviais como são, incorporam, como dado indescartável, **a perspectiva de quem as produz**¹¹. Como queríamos demonstrar, o “significado literal” não mora em parte alguma; não “está na linguagem”. Significações comuns e, a rigor, desinteressantes resultam do trabalho local da interpretação, guiada pelo sinal lingüístico e pelos outros sinais que o refinam e o complementam.

Outro tópico canônico da análise lingüística é a **referência anafórica**, cavalo de batalha das abordagens formalistas quando restrita ao escopo oracional, tema nobilíssimo da lingüística textual e dos estudos da coesão discursiva desde o clássico de Halliday & Hasan.

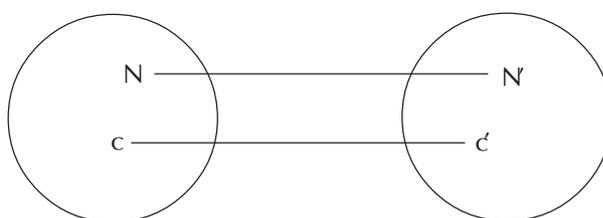
Consideremos a enunciação da seguinte sentença atestada (1), contendo aparente tautologia que envolve o pronome feminino de 3ª pessoa.

11 Na verdade, as interpretações poderiam multiplicar-se se incluíssemos neste cálculo virtual a polissemia do Nome **prova** e a multiplicidade de contextos institucionais em que a expressão fosse utilizável.

(1) *Aí eu saquei que ela era ela*

Cabe destacar, primeiramente, que a tautologia é aparente, pois encontra-se o escopo de um predicador de atitude proposicional — um predicador de “descoberta” — que introduz por conseqüência um espaço-mental filho do domínio epistêmico-base (Fauconnier, 1994,1997), permitindo a seguinte representação (2):

(2)



O gráfico em (2) configura a situação comunicativa (3):

- (i) T relata a V ter estado conversando com N sem saber que N ocupa o cargo c;
- (ii) T necessita, independentemente, manter contato com quem quer que desempenhe as funções c;
- (iii) no curso da conversa entre T e N, T descobre que N é c, e, portanto, que **ela era ela**, conforme a relação **value-role**, explicitada no interior do espaço M.

É importante atentar para a curva prosódica de enunciação de oração encaixada: o primeiro pronome **ela** ocorre em posição distintamente mais alta que o segundo, para, entre outras coisas, representar o teor de **constrate** desta atribuição de **valor** frente às possibilidades virtuais de mapeamento da função – enquadre (ou **role**), representada pelo segundo pronome.

A não ser por esta diferença prosódica, os dois pronomes **elas** seriam **tratados uniformemente como ítems anafóricos**. No entanto, o refinamento da análise e a plena consideração do fundo comunicativo que subjaz à enunciação revela, entre outras coisas, que sequer se poderia incluir os dois pronomes na mesma cadeia referencial: de fato, enquanto o primeiro pronome realiza o trabalho trivial de designação específica (em lugar do Nome Próprio), o segundo referencia a função (qualquer que seja o indivíduo que a preencha). Sem um sujeito que inferencie e supra todas estas informações implícitas, a enunciação seria simplesmente estranha e, na verdade, incompreensível.

Ainda aqui, a escassez do significante não decorre de seu valor poético, ou irônico, ou especialmente expressivo; sequer se trata de interpretação por

provimento de informação contextual como se deveria fazer com um item dêitico. No caso é mesmo de **anáforas** que se trata: anáforas impenetráveis se não relativizadas às cenas conceptuais motivadoras de sua enunciação. Portanto, o significante subdetermina o significado mesmo em situações inteiramente comuns do uso da linguagem — de tal modo que **language meaning** confunde-se sempre com **speaker's meaning** na condição concreta de qualquer interação comunicativa.

1.2. A semiologização do contexto

Esta segunda premissa, apresentada em Salomão (1997, p. 26-30) como o princípio do “dinamismo contextual”, é correlato indiscutível da premissa da escassez do significante. Vale a pena atentar nela por duas razões:

- (a) em primeiro lugar, porque é freqüente tratar **contexto** como conjunto, orgânico ou não, de variáveis estáticas (espácio-temporais, sociais, comunicativas), tipicamente não-lingüísticas;
- (b) em segundo lugar, porque quando se trata de contexto será necessário aduzir a noção de **foco**, ou de **enquadramento**, para que se possa, de forma produtiva, lidar com a **interatividade das diversas semioses**.

A abordagem que praticamos repudia a distinção entre linguagem e contexto como polaridades estanques. Mais útil será distinguir entre **instruções verbais** para construir configurações cognitivas e **outras instruções semiológicas**, variavelmente focadas, e que tanto podem corresponder a suposições integráveis ao senso comum ou informações específicas no chão da interação. Em todo caso, em uma e em outra situação, tratamos de **instruções, pistas, sinais**, que podem ou não ocupar o centro da atenção comunicativa.

É um truísmo reconhecer que a **linguagem verbal seja contexto da linguagem verbal**, como verificará inescapavelmente quem estiver procedendo à leitura deste projeto. De outro lado, embora a situação comunicativa canônica seja a **pista verbal** ocupar o lugar de **evento comunicativo focal**, quantas vezes menos atentamos nas palavras enunciadas e mais no tom como são ditas, ou na expressão facial de quem as diz? O trabalho de Adam Kendon sobre **planos interativos** estuda a complexa relação, estabelecida em tempo real, entre os variáveis fluxos de atenção convocados pelas diversas semioses.

Voltando às **anáforas**, e concedendo-lhes o estatuto de nobreza a elas atribuídos pela lingüística **mainstream**, é interessante mencionar o caso das **anáforas sem antecedente textual explícito**, ou **anáforas esquemáticas**, tais como vêm sendo estudadas por Marcuschi (1998, 1999). Tomemos seus exemplos (4) e (5):

- (4) *Os alunos da 1ª série já aprenderam as vogais; **ela** descobriu um método novo.*

(5) *A polícia invadiu o bordel; **elas** saíram correndo rua afora.*

Nestes dois casos, é inequívoco que o pronome em (4) se refira à **professora** e que, em (5), se refira às **prostitutas**. O interessante nestes dois casos é que o contexto seja provido por **modelos cognitivos idealizados (MCIs)**, dentro dos quais determinados **papéis**, suscitados por informação lexical específica, constituam a **antecedência** para a realização referencial dos pronomes.

Segundo concepções tradicionais (de contexto como informação **explícita**, adjacente ao sinal verbal), seria difícil identificar qual seja, neste caso, o contexto: a informação relevante está **implícita**, embora evocada expressamente por pistas verbais reconhecíveis.

Ainda mais interessantes são as considerações que suscita o fragmento da música do Peninha, reposta recentemente em circulação por Caetano Veloso, e que transcrevo como (6):

(6) (...) *Por que você me esquece e some?
E se eu me interessar por **alguém**?
E se **ela**, de repente, me ganha? (...)*

Neste caso, vamos a um passo além da **anáfora esquemática**: para estabelecer a antecedência do pronome, devemos recorrer não apenas ao MCI da “busca amorosa” mas incorporar ao jogo a **moldura comunicativa relevante**. É Caetano, um homem, que está cantando: segundo a escolha não-marcada do MCI “busca amorosa”, o objeto de seu interesse deve ser alguém de sexo oposto ao seu. Daí, a escolha do pronome **ela**, que não caberia se, por exemplo, fosse Gal Costa quem estivesse cantando. Funcionam, portanto, como pistas contextuais relevadas por este enquadramento lingüístico pelo menos três ordens de informação:

- (i) o esquema conceptual “busca amorosa”;
- (ii) a determinação ideológica sobre a distribuição de gêneros dentro deste esquema;
- (iii) a moldura comunicativa particular, dentro da qual opera a determinação ideológica mobilizada.

Especialmente intrigante é que a leitura anafórica proposta seja **não-referencial e não-específica**: o enunciador está falando em tese. Não há pressuposição da existência do indivíduo a quem a anáfora se liga. O que vai designado é o **role**, caso semelhante à interpretação atributiva (não-referencial) das descrições definidas, estudadas há tantos anos por Keith Donellan.

Cabe outra vez a pergunta: onde termina a linguagem? Onde começa o contexto? Dentro da perspectiva que adotamos, o mundo (para nós que o

percebemos ou o conceptualizamos) é também **sinal**; há, portanto, uma continuidade essencial entre **linguagem, conhecimento e realidade** que não as reduz entre si, mas as redefine em sua fragmentária identidade (como **realidade**, ou como **conhecimento**, ou como **linguagem**), segundo as necessidades locais da interação humana.

Assim, a “realidade” pode ser **focalizada** como “conhecimento” (obviamente, não há conhecimento que recubra, ou substitua, a realidade). Do mesmo modo, o “conhecimento” pode assomar como “linguagem”, determinando, por exemplo, a escolha do pronome feminino de 3ª pessoa do singular para designar o **objeto virtual** do amor do intérprete da canção do Peninha.

Seja qual for o *status* ontológico que atribuamos à informação focada, é sempre de semiose que se trata quando geramos configurações cognitivas.

1.3. O drama das representações

Tendo conferido tanta ênfase às noções de **foco e enquadramento**, é natural que postulemos como terceira premissa básica um princípio, claro corolário dos dois primeiros, segundo o qual **interpretar é representar, no sentido dramático de representação**. Na seção anterior, ao tratar da canção do Peninha, salientamos a necessidade de **estabelecer a identidade do intérprete para fazer sentido** de um item anafórico empregado. Consideramos que esta operação tem ampla generalidade, conforme demonstrado pelos estudos da interação comunicativa, especialmente os de extração goffmanniana.

Há dois pontos que é preciso destacar.

Em primeiro lugar, **fazer sentido** (ou **interpretar**) é **necessariamente uma operação social** na medida em que o sujeito nunca constrói o sentido-em-si, mas sempre para alguém (ainda que este alguém seja si mesmo). Construir sentido, como já ilustramos, implica em assumir **determinada perspectiva sobre uma cena**, perspectiva que é também mutável no próprio curso da **encenação**.

Do ponto de vista de Goffman, toda interação comunicativa (ou todo **encontro**, como ele o denomina) é **dramático**, na medida em que participar dele é inserir-se numa determinada **moldura** (ou **“frame”**) e exercer dentro dela um **papel comunicativo particular**.

Assim, o segundo ponto que destacaremos é que **toda experiência social é, por sua vez, semantizante**: só é possível atuar na **cena social** (de caráter micro ou macro), investindo-a de sentido, seja com base em **conhecimento consensualizado** (o MCI da interação), disponível como **norma de conduta**, ou por conta da **motivação singular** de realizar objetivos localmente relevantes. É Goffman quem diz que o encontro é sempre drama, embora possa prevalecer nele a dimensão de **jogo** (predomínio dos objetivos locais) ou de **rito** (predomínio das normas que garantem sua coesão interna).

Em qualquer caso, a experiência social não prescinde da semantização primária, que corresponde ao investimento do sujeito em específico papel comunicativo, configurado frente à sua **audiência**, num trabalho de **mútua determinação**, através do qual se constrói **a face**.

Assim, interpretar/representar é produzir conhecimento socialmente útil porque **validável na interação**, ou seja consensualmente compartilhável num encontro determinado. O conhecimento não validável (i.e a interpretação rechaçada) não é imediatamente cancelado, mas não ascende ao *status* de operador simbólico, empregável no gerenciamento do encontro.

O entendimento da produção do sentido como **representação social** elide o risco caracterizado por Frege quanto à virtual incomensurabilidade das interpretações subjetivas. Na medida em que o sujeito cognitivo é também **persona dramatis**, a interpretação passa a ser prática interativa, tão social quanto a própria linguagem.

Por último, cabe destacar que, por relevante que seja para o êxito da interlocução o prévio estabelecimento das identidades dramáticas, a definição das molduras comunicativas processa-se como **contínuo reenquadramento**. Não há como dissociar interpretação-do-mundo, representação-de-si e escolha da linguagem. Ao postularmos a continuidade essencial das semioses, reconhecemos que igualmente se misturam, como **representações**, a conceptualização do mundo e a comunicação do mundo.

1.4. Por uma outra metafísica

As reflexões que vamos desenvolvendo impõem-nos, neste ponto, breve parada para esclarecimento.

O endosso do **construcionismo** como agenda prioritária para o estudo da linguagem exige que nos acautelemos como contra a adesão por inércia a alguma versão de **relativismo** — alinhando-nos, embora com reservas, a Whorf, a Foucault, a Feyrebend. Indispostos a tomar este caminho, torna-se necessário elucidar a estância metafísica que subscrevemos, seja por deferência ao **realismo** (sim! acreditamos que haja um mundo independente do sujeito), seja pela nossa convicção **construcionista** (de que a realidade do mundo manifesta-se como experiência do sujeito). Neste quadro complicado, é ainda possível falar de **objetividade**?

Do ponto de vista dos estudos da linguagem e da significação como conhecimento do mundo, a questão da objetividade tem sido tematizada por três principais metafísicas concorrentes:

- (a) **Metafísica aristotélica**: a **objetividade** resulta da determinação externa do mundo sobre qualquer forma de conhecimento: a realidade está organizada em “classes naturais” que a linguagem recobre; assim, a objetividade está garantida pela exclusão do sujeito. Esta posição, como já foi observado, reponha nas semânticas

- verificacionistas, sem que, no entanto, estas pleiteiem qualquer afiliação metafísica;
- (b) **Metafísica platônica:** a **objetividade** resulta da universalização do sujeito; o repertório conceptual é atributo da mente universal infensa à experiência por princípio (porque as Idéias precedem às Formas) ou pelo caráter biológico-inato que lhe atribuem neoplatônicos como Fodor ou Pinker. A **objetividade** obtida, prescinde do mundo e manifesta-se pela exclusividade do sujeito. A uniformidade conceitual (o consenso sobre o mundo) decorre da fundamental identidade (epistemológica ou biológica) entre os sujeitos individuais.
- (c) **Metafísica kantiana:** a **objetividade** procede, em parte, da universalização do sujeito; há esquemas básicos apriorísticos que servem à experiência do mundo e à produção dos juízos. **O conhecimento resulta da ação-do-sujeito no mundo**, incluída aí a ação do sujeito sobre os outros sujeitos (experiência comunicativa).

A metafísica kantiana oferece uma óbvia posição mediadora entre platônicos e aristotélicos: nem se abole o sujeito nem se atribui a ele o único sítio de produção de conhecimento. A diversidade histórica fica legitimada (porque o sujeito não é nulo nem único) de uma forma conciliável com o rechaçamento do relativismo radical.

Retomando a temática muito cara aos estudos cognitivos contemporâneos – **a formação categorial sobre o espectro cromático**, assunto que reúne desde as contribuições clássicas de Berlin, Kay, Rosch, Mervis até o trabalho novíssimo nucleado em torno da chamada **vantage theory** (John Taylor, Keith Allan, Margaret Winters, entre outros) – penso que ilustraremos com clareza esta **terceira via**.

Os estudos cognitivos e antropológicos sobre as cores mostram, de forma inequívoca, que não se pode tratar **a cor como um atributo dos objetos**: a variedade lingüística e cultural na nomeação e no reconhecimento das cores – variedade atestada desde o início do século – demonstra a insustentabilidade da posição aristotélica de presumir que “qualidade” tão trivial (e tão crítica na identificação do mundo) fosse definida como “classe natural”. Por outro lado, a discordância entre os sujeitos desautoriza também a hipótese de um repertório universal de “Idéias Cromáticas”, manifestadas uniformemente entre as línguas e culturas.

Berlin & Kay, em 1968, em diálogo com Rosch-Herder, mostram que a universalidade reside na identificação das **cores focais**, embora os sujeitos cognitivos variem seja quanto à decisão de **gerar categorias cromáticas em torno das cores focais**, seja quanto às **fronteiras que delineiam as categorias porventura focadas**. A universalidade na determinação dos focos procede da **neurofisiologia do olho humano**; a diversidade entre os repertórios cromáticos procede da **variedade da experiência histórica** e de critérios locais de relevância.

A metafísica kantiana — e sua mais interessante manifestação filosófica contemporânea: o **realismo de Hillary Putnam** — parece preservada: a cor não é propriedade intrínseca nem dos objetos (que a manifestam) nem dos sujeitos (que a instituem); sua percepção resulta da refração da luz sobre uma superfície, tal como experimentada por observador específico através de seu próprio aparato biológico. Assim se realiza a relação entre **necessidade** (biológica) e **contingência** (histórico-cultural).

Deste modo, podemos pleitear que toda ontologia (proposições de conjuntos de “entidades”, “atributos”, “relações”) resulte desta articulação interativa entre sujeito e mundo, derrotando a polaridade estanque entre “sujeito cognitivo” e “realidade cognoscível”, na linha que adotamos ao enunciar nossas premissas, especialmente em 1.1.2.2. e 1.1.2.3. As categorias cognitivas (as “formas de conhecimento”) são, pois, **enquadramentos sobre bases informacionais** (físicas ou culturais), segundo as restrições postas pela nossa herança filogenética e suscitadas segundo nossas necessidades vividas. A **estabilidade** (o grau de “realidade objetiva”) reivindicada para estes enquadres deriva do **consenso social** que se possa estabelecer sobre eles.

As conseqüências desta postura teórica para o estudo da linguagem são tematizadas na próxima seção.

2. Considerações Finais: Funcionalismos, cognitivismos e sócio-cognitivismo

Escolher o **estudo da construção do sentido** como agenda central para a investigação sobre a linguagem exige que definamos nossa posição no panorama contemporâneo da lingüística.

Desde logo, a determinação de tratar a linguagem como **capacidade de conhecimento do sujeito** define nosso programa como **cognitivista**. De fato, como acabamos de considerar na seção anterior, parece-nos que a relação por excelência do sujeito com o mundo, inclusive com os outros sujeitos, é uma relação de criação de conhecimentos, multiplamente enquadrável. A capacidade da linguagem, herança da espécie, permite a produção de infinitas **representações**, através das quais os sujeitos se conhecem e se dão a conhecer, ajustam a situação em que se encontram a conhecimentos previamente acumulados, e criam novos conhecimentos.

O cognitivismo que abraçamos diferencia-se do cognitivismo modularista praticado por Chomsky, Fodor e Pinker. A inacessibilidade da cognição à experiência define tal linhagem de estudos como platônico-cartesiana, em contraposição ao neo-kantismo que preside às nossas convicções construcionistas/interacionistas.

A ênfase na acessibilidade da linguagem a seu uso aproximaria, de outro lado, nosso programa de estudos à tradição funcionalista. Ainda aqui, a diferencialidade deve ser mantida.

As análises funcionalistas de maior prestígio (produzidas na costa oeste americana ou pelos grupos nucleados por Halliday, ou por Dik, na Europa) distinguem-se da matriz cognitivista que elegemos basicamente por três razões:

- (a) manutenção do **foco analítico no significante**, dentro de clássica inclinação estruturalista: o funcionalismo de Dik é emblemático desta tendência;
- (b) abordagem esquemática e estática da dimensão do **contexto**, geralmente reduzido a um conjunto de variáveis inorgânicas: as análises de inspiração laboviana ilustram esta característica à perfeição;
- (c) tratamento insuficiente da **questão da significação**, à qual tende-se a reservar uma visão **entitativa**, como se o significado pudesse ser tratado (na expressão de Turner) como um “pacote conceptual”: as hipóteses sobre a **iconicidade da linguagem** assumem (creio que inadvertidamente) esta abordagem estática do significado.

A concepção de **contexto**¹² que reivindicamos (“contexto como modo de ação construída socialmente, sustentada interativamente e temporalmente delimitada”), **requer uma concepção de gramática** que é inconciliável tanto com os cognitivistas formalistas como com a maior parte dos funcionalismos. É provável que as abordagens funcionalistas dedicadas à análise textual possam convergir com o sócio-cognitivismos que pretendemos praticar, por conta do tipo de fenômenos que, por necessidade, abordam.

Dentro da moldura teórica que nos recortamos, a linguagem é essencialmente um **dispositivo para a construção do conhecimento** (Fauconnier, 1997, p.190-1). Acreditamos que em decorrência do processo evolutivo, um número limitado de estruturas (codificáveis pelo som, pelo gesto, pela escrita) sirva à projeção, difusão e transformação de informações em situações objetivamente as mais dissimilares. A aquisição desta capacidade requer que cada criança nasça dotada de poderosos recursos cognitivos embora não necessariamente de uma faculdade da linguagem autônoma, infensa à experiência comunicativa, cultural e histórica.

É neste campo da lingüística, entre os estudos sociais e cognitivos, sobre os quais acreditamos, esperançosamente, que seja possível lançar uma ponte, que nossas **convicções sócio-cognitivistas** se localizam.

12 GUMPERZ (1996, p. 359-73).

Referências Bibliográficas

- BASÍLIO, M. O princípio da analogia na constituição do léxico: regras são clichês lexicais. *Veredas*. v. 1. n. 1, p. 9-21, 1997.
- BERLIN, B. & P.KAY. *Basic color terms: their universality and evolution*. Berkeley: University of California Press, 1969.
- CHOMSKY, N. *Reflections on language*. New York: Pantheon Books, 1975. .
_____, N. *Language and problems of knowledge; the Managua lectures*. Cambridge: Cambridge University Press, 1988.
- DAMASIO, A. *Descartes'error*. New York: G.P. Putnam, 1994.
- DURANTI, A & C. GOODWIN. *Rethinking context*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.
- DURKHEIM, E. (1901). *As regras do método sociológico*. Campinas: Martins Fontes, 1995.
- EDELMAN, G. *The remembered present: a biological theory of consciorness*. New York: Basic Books, 1989.
_____, *Bright air, brilliant fire: on the metter of the mind*. New York: Basic Books, 1992.
- FAUCONNIER, G. *Mappings in language and thought*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.
_____, G. *Mental spaces*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.
- FAUCONNIER, G. & SWEETSER. *Spaces, world and grammar*. Chicago/London: The University of Chicago Press, 1996.
- FAUCONNIER, G. & TURNER. Blending as a central process of grammar. In: GOLDBERG, A. *Conceptual structure, discouse and grammar*. Stanford, Ca: *CSLI*, 1996. p. 113-30.
- FILLMORE, C. *Construction grammar*. Course reader for Linguistic. 120 A, Berkeley: University of California, 1990.
_____, Frame and the semantics of understanding. *Quarderni di semantica*. v. 6, n. 2, p. 222-53, 1985.
_____, Frame semantics. In: LINGUISTIC SOCIETY OF KOREA (ed.). *Linguistics in the Mornig Calm*. Seoul: Hanshin, 1982. pp.111-38.
_____, Frame semantics and the nature of language. In: HARNAD, S. et al. (eds) *Origins and evolutions of language and speech*. New York: New York Academy of Sciences, 1976.
_____, Innocence: a second idealization for linguistics. *Proceedings of the Fifth Berkeley Linguistics Society*, 1979.
_____, The case for case reopened. In: COLE, P. (ed) *Syntax and semantics 8: Grammatical Relations*. New York: Academic Press, 1977 a.
_____, The mechanisms of "construction grammar". *BLS 14*. Berkeley: University of California, 1998.
_____, Topics in lexical semantics. In: P. COLE. (ed) *Current issies in linguistic theory*. Bloomington: Indiana University Press, 1977 b.

- FILLMORE, C. & KAY. *Construction grammar*. Berkeley: University of California, 1993. (Unpublished manuscript).
- FILLMORE, C.; KAY, P.; O'CONNOR, K. Regularity and idiomaticity in grammatical constructions: the case of *let alone*. *Language*. v. 64, p. 501-38, 1988.
- FODOR, J.A. *The language of thought*. Cambridge, Mass: Harvard University Press, 1975..
- _____, *The modularity of mind*. Cambridge, Mass: The MIT Press, 1975.
- FOUCAULT, M. (1969). *Arqueologia do saber*. São Paulo: Vozes, 1972.
- FOX, B; HAYASHI, M., ASPERSON, R.. Resources and repair: a cross-linguistic study of syntax and repair. In: OCHS, SCHEGZOOOF & THOMPSON. *Interaction and grammar*. Cambridge: Cambridge university Press, 1996. p. 134-84.
- FREGE, (1892). *On sense and reference*. In: DAVIDSON, D. & G.HARMAN (eds). *The logic of grammar*. Encino, Cal: Dickenson Publishing Co., 1975.
- _____, G. On sense and reference. In: GEACH, P. & M. Black. *Translations from the Philosophical Writings of Gottlob Frege*. Oxford: Blackwell, 1970, p. 52-67.
- GOFFMAN, E. *Frame analysis: na essay on the organization of experience*. Boston: Northcastern University Press, 1986.
- GOLDBERG, A. *A construction grammar approach to argument structure*. Chicago: The University of Chicago Press, 1995.
- _____, *Conceptual structure, discourse and grammar*. Stanford, Ca: Center for the study of Language and Information (CSLI), 1996.
- GOODWIN, C. & DURANTI, A., Rethinking context: na introduction. In: DURANTI, A. & GOODWIN, C. (eds), *Rethinking context*. Cambridge; Cambridge University Press, 1992, p. 1-42.
- GOODWIN, C. & GOODWIN, M. H. Assessments and the construction of context. In: DURANTI, A. & C. GOODWIN (eds), *Rethinking context*. Cambridge; Cambridge University Press, 1992, p. 147-90.
- GUMPERZ, J. Contextualization and understanding. In: DURANTI, A. & C. GOODWIN. In: *Rethinking context*. Cambridge; Cambridge University Press, 1992, p. 229-52.
- _____, The linguistics and cultural relativity of inference. In: GUMPERZ, J. & S.C.LEVINSON. 1996.op.cit., pp. 374-405.
- GUMPERZ, J. & C.LEVINSON, S.C. Introduction: linguistic relativity re-examined. In: *Rethinking linguistic relativity*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996, p. 1-36.
- _____, *Rethinking linguistic relativity*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.
- HOLLAND, D. & QUINN, N. *Cultural models in language and thought*. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.

- HUCK, G. & GOLDSMITH, J. A. *Ideology and linguistic theory; Noam Chomsky and the deep structure debate*. London/New York: Routledge, 1995.
- JOHNSON, M. *The body in the mind*. Chicago: The University of Chicago Press, 1987.
- KATZ & FODOR. The structure of semantic theory. In: FODOR, J.A. & KATZ, J. *The structure of language*. Englewood Cliffs, N.J.: Prentice-Hall, Inc, 1963.
- KAY, P. *The role of cognitive schameta in word meaning: hedges revisited*. 1979 (Unpublished manuscript).
- KAY, P. *Words and the grammar of context*. Stanford, California: CSLI Publications, 1997.
- KELLER, C.M. & KELLER, J.D. Imaging in iron, or thought is not inner specch. In: GUMPERZ, J. & S.C.LEVINSON. *Rethinking linguistic relativity*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996, p.115-31.
- KENDON, A. The negotiation of context in face-to-face interaction. In: DURANTI & GOODWIN. *Rethinking context*. Cambridge; Cambridge University Press, 1992, p. 323-34.
- LAKOFF, G. Frame semantics control of the coordinate structure constraint. *CLS-22*. Chicago, 1986.
- _____, Hedges, a study in the meaning criteria and the logic of fuzzy concepts. *CLS-8*. Chicago, 1972.
- LAKOFF, G. *Women, fire and dangerous things*. Chicago: The University of Chicago Press, 1987.
- LAKOFF, G. & JOHNSON, M. *Metaphors we live by*. Chicago: The University of Chicago Press, 1980.
- LAKOFF, G. & TURNER, M. *More than cool reason: a field guide to pratic metaphor*. Chicago: University of Chicago Press, 1989.
- LANGACKER, R. *Foundations of cognitive linguistics, v. I*. Stanford, Ca: Stanford University Press, 1987.
- LERNER, G.H. On the "semi-permeable" character of grammatical units in conversation: conditional entry into the torn space of another speaker. In: OCHS, SCHEGZOFF, THOMPSON. *Interation and grammar*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996, p. 238-75.
- LINDSTROM, L. Context contests: debatable truth statements on Tanna (Vanuatu). In: DURANTI & GOODWIN. *Rethinking context*. Cambridge; Cambridge University Press, 1992, p. 101-24.
- MARTINS, H. *A relação entre metáforas cotidianas e metáforas literárias e seu impacto sobre a determinação da palavra como unidade semântica da linguagem*. Rio: Faculdade de Letras/UFRJ, 1997.
- OCHS, E, SCHEGZOFF, E. & THOMPSON, S. *Interaction and grammar*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.
- _____, Introduction In: *Interaction and grammar*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996, p. 1-51.

- ONO, T. & THOMPSON, S.. The dynamic nature of conceptual structure building: evidence from conversation. In: GOLDBERG, A.
- ORTONY, A. *Metaphor and thought*. 2 ed. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.
- PIATELLI-PALMARINI, M. (1979) . A propósito dos programas científicos e de seu núcleo central. In: PIATELLI-PALMARINI, M. *Teorias de linguagem, teorias de aprendizagem*. São Paulo: Cultrix, p. 7-33.
- PUTNAM, H. Two conceptions of rationality. In: _____. *Reason, history and truth*. Cambridge: Cambridge University Press, p. 101-26.
- ROSCH, E. Human categorization. In: WARREN, N. *Studies in Crosscultural Psychology*. London: Academic, 1997.
- SALOMÃO, M.M.M. *Distinções aspectuais como marcadores de espaços epistêmicos*. Juiz de Fora: UFJF (inédito).
- _____, Gramática e interação: o enquadre programático da hipótese sócio-cognitiva sobre a linguagem. *Veredas*, v.1, n. 1, p. 23-9, 1997.
- _____, *Polysemy, aspect and modality: the case for a cognitive explanation of grammar*. Berkeley, PhD dissertation. UC Berkeley.
- SAUSSURE, F. de. (1915). *Curso de linguística general*. Buenos Aires: Losada. 1967a.
- SAUSSURE, F. de (1916). *Curso de linguística general*. Buenos Aires Losada. 1967 b.
- SHIBATANI, M. & THOMPSON, S. *Grammatical constructions*. Oxford: Clarendon Press, 1996.
- SORJONEN, M.J. On repeats and responses in Finnish Conversation. In: OCHS, SCHEGLOFF, THOMPSON. *Interaction and grammar*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.
- SWEETSER, E. & G. FAUCONNIER. 1996. Cognitive links and domains: basic aspects of mental space theory. In: FAUCONNIER & SWEETSER. *Spaces, world and grammar*. Chicago/London: The University of Chicago Press, 1996, p. 1-28.
- TALMY, L. 1996. The windowing of attention in language. In: SHIBATANI, M. & THOMPSON, S. *Grammatical construction*. Oxford: Clarendon Press, 1996.
- TURNER, M. *Death is the mother of bearity: mind, metaphor, criticism*. Chicago: Chicago University Press, 1987.
- TURNER, M. *Reading minds: the study of English in the age of cognitive science*. Princeton: Princeton University Press, 1991.
- TURNER, M. *The literary mind*. New York: Oxford University Press, 1996.
- WIERZBICKA, A. *The semantics of grammar*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Co., 1988.
- WIERZBICKA, A. *Semantics, culture and cognition*. New York/Oxford: The Oxford University Press, 1992.
- WIERZBICKA, A. *Semantics and lexical universals*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Co., 1994.
- WITTGENSTEIN, L. *Philosophical investigations*. New York: MacMillan, 1953.

